

Pela nova meta, inflação de 138%.

As bases de negociação do governo brasileiro com o Fundo Monetário Internacional são estas: inflação de 138% acumulada ao longo do ano e taxa média anual de 125%, além de crescimento de 1 a 2% do Produto Interno Bruto (PIB), com ligeira queda devida às enchentes no Sul do País. Foi o que informou ontem o chefe da assessoria econômica do Ministério do Planejamento, Akihiro Ikeda.

A taxa de inflação prevista não aparecerá de forma explícita no segundo adendo à carta de intenções do Brasil ao FMI, mas estará implícita nas demais metas de expansão: dos agregados monetários, do déficit público e do PIB, por exemplo. As negociações com o FMI partiram, segundo Ikeda, de três hipóteses, de 125 a 145%, ao longo do ano.

O assessor da Seplan ressaltou que, desde o início do ano, o governo brasileiro trabalha com a estimativa de crescimento do PIB de 1 a 2%. Embora admita que as enchentes no Sul do País afetarão a expan-

são da economia, Ikeda disse que o governo não aceita a projeção do FMI de queda de 3,5% no PIB deste ano, até por acreditar que o tabelamento dos juros e a redução das despesas com salários estimularão a produção.

Apesar das divergências em torno do desempenho projetado da economia, o técnico da Seplan assegurou que o Brasil e o FMI estão próximos da definição do teto de expansão do déficit público. Ao contrário do seu colega Nelson Mortada, secretário especial de Controle das Empresas Estatais (Sest), Ikeda considerou irrelevantes os critérios de aferição da evolução real do déficit.

— O problema não é expressar o critério de avaliação do crescimento real do déficit público em cruzeiros, na variação das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) ou por quilos de chumbo.

Ao que explicou Ikeda, importante será o acordo quanto à projeção do PIB deste ano e o percentual admitido de déficit público para definir seu teto em cruzeiros.